

European Ideas Network Marques Mendes defende coesão como princípio constitucional



O Presidente do PSD, Dr. **Luís Marques Mendes**, defendeu na abertura do seminário do PPE “European Ideas Network”, que teve lugar em Lisboa, que “*a solidariedade entre Estados e regiões não é um exercício de caridade, mas uma condição necessária para o reforço da União Europeia. E que a coesão económica, social e territorial não é uma questão acessória mas um princípio constitucional do projecto europeu*”.

[desenvolvimento na pág. 2](#)

I nocente

22 anos, **inocente**, o brasileiro Jean Charles de Menezes, dos 8 disparos que o atingiram, **morreu com 7 balas na cabeça**, assassinado pela polícia britânica.

São inaceitáveis as desculpas policiais que encheram as páginas dos jornais e **foram rapidamente desmentidas** com os testemunhos oculares e com o visionamento dos vídeos de segurança: que estava ligado a terroristas, que escondia um volume por debaixo do casaco, que teria pulado por cima de uma barra de segurança, que teria tentado fugir à polícia...

Os serviços que devem zelar pela Lei tentaram alimentar versões que justificassem o indefensável - a morte de um inocente às mãos da polícia de um Estado democrático.

Foi revoltante ouvir o socialista Mayor de Londres, o “red” Livingstone defender, sem reboço, a política do “shoot to kill” (atirar para matar).

Que sejamos claros! **O terrorismo é uma ameaça** e tem de ser combatido em cada um dos Estados e à escala internacional. Mas este combate tem de ser feito no respeito das regras do Estado de Direito democrático.

As situações de excepção levam a atropelos e a exageros, à violação dos direitos humanos e à destruição dos princípios e dos valores que, ao longo de séculos, a nossa civilização veio consolidando.

E é isso que hoje está também em causa.

Carlos Coelho

Parceria reforçada para as Regiões Ultraperiféricas

Aprovado Relatório de
Sérgio Marques

[desenvolvimento na pág. 3](#)

Aprovadas importantes medidas para os Açores e Madeira

Aprovado Relatório de
Duarte Freitas sobre POSEI/Agricultura

[desenvolvimento na pág. 6](#)

Reforma do Fundo Social Europeu

PE aprova Relatório de
Silva Peneda

[desenvolvimento na pág. 7](#)



Marques Mendes defende coesão como princípio constitucional

Decorreu nos dias 22 a 24 de Setembro, em Lisboa, o IV Encontro do European Ideas Network. Na sessão de abertura usaram da palavra o Presidente do PSD, **Luís Marques Mendes**, o Presidente do Partido Popular Europeu, **Wilfried Martens** e o Presidente do Grupo do PPE no Parlamento Europeu, **Hans-Gert Poettering**.

Como oradores convidados participaram ainda o Presidente da Comissão Europeia, **José Manuel Durão Barroso**, o Prof. **Anibal Cavaco Silva**, **José Maria Aznar**, **Cristopher Patten**, **Ernest-Antoine Seillière**, **Carl Bildt** e **Bernard Henri Lévy**. Transcrevemos os excertos mais importantes da intervenção do Presidente do Partido Social Democrata, na sessão de abertura dos trabalhos:

É hoje um lugar comum dizer-se que a União Europeia atravessa um dos momentos mais delicados da sua história. É mesmo possível falar-se, como muitos de resto o fazem, numa crise profunda do processo europeu. Por mim, e sem querer desvalorizar, minimamente que seja, a seriedade dos obstáculos, prefiro ver tais dificuldades como um desafio às nossas capacidades colectivas.

A pergunta a que importa dar resposta é esta: o que deveremos fazer, em conjunto, para renovar a confiança na Europa e para vencer os desafios concretos com que nos debatemos?

É forçoso reconhecer que uma das questões que mais fragiliza a União Europeia aos olhos dos cidadãos é a relativa incapacidade

para inverter a actual tendência para a estagnação do crescimento económico. Por isso, a nossa primeira prioridade deve ser o combate a este estado de coisas, tendo em vista transformar a União no espaço económico mais competitivo do mundo.

Ora, para que isso seja uma realidade é indispensável, não só retomar o espírito da Estratégia de Lisboa, mas também concretizá-la em resultados práticos, como tem vindo de resto a ser defendido pela actual Presidência do Conselho Europeu e pelo Presidente da Comissão.

Perspectivas Financeiras

Há que ser claro: não é possível construir uma Europa a 25 (ou mais) se persistirem assimetrias significativas nos rendimentos e no desempenho económico dos Estados Membros.

Temos por isso que afirmar, sem hesitações, que a solidariedade entre Estados e regiões não é um exercício de carida-

de, mas uma condição necessária para o reforço da União Europeia. E que a coesão económica, social e territorial não é uma questão acessória

mas um princípio constitucional do projecto europeu.

Na ausência deste quadro plurianual, a Europa não estará em condições para preparar e para levar a cabo uma intervenção determinante no cenário internacional. E, se tal viesse a suceder, também por aí se questionaria a relevância do papel da União.

Prosseguir o alargamento

Prosseguir o alargamento é igualmente parte da receita para a recuperação do projecto europeu.

A Roménia e a Bulgária, cuja adesão se concretizará em 2007, são já praticamente nossos parceiros. Ao mesmo tempo, não deveremos fechar a porta àqueles com os quais existem já compromissos de negociação. O que temos é de ser rigorosos na aplicação dos critérios de Copenhague.



João de Deus Pinheiro, Vice-presidente do PPE, recebe o Presidente da Comissão Europeia

Reconciliar os cidadãos com o projecto europeu

As decisões de que a Europa carece dependem, antes do mais, da capacidade e da vontade dos responsáveis políticos.

Ao mesmo tempo, porém, devemos reconhecer que todas as reformas a emprender ficarão em risco se não se verificar uma reconciliação dos cidadãos com o projecto europeu.

Esta é uma afirmação que se banalizou, mas que, apesar disso, nunca é demais repetir. Na verdade, se queremos construir uma Europa para os cidadãos, temos de ser capazes de construir uma Europa com os cidadãos. É que, se em cada um dos nossos países a política se faz em diálogo constante com as pessoas, o mesmo tem que ir progressivamente sucedendo no plano europeu.



João de Deus Pinheiro acolhe, em nome do PPE, o Prof. Anibal Cavaco Silva

Aprovado Relatório de Sérgio Marques

Uma parceria reforçada para as Regiões Ultraperiféricas

O Parlamento Europeu aprovou por esmagadora maioria o **Relatório Sérgio Marques** sobre “**Uma parceria reforçada para as Regiões Ultraperiféricas**”.

Sérgio Marques manifestou a sua grande satisfação pelo resultado da votação, tendo afirmado que todo o trabalho de elaboração do relatório e em particular o debate e o resultado da votação constituiriam provavelmente o ponto mais importante deste seu 2º mandato no Parlamento Europeu.

O Deputado manifestou também o desejo e a esperança de que a Comissão **tenha em atenção as inúmeras recomendações** contidas no seu relatório.

“*Abriam-se novas perspectivas de aprofundamento do tratamento especial que a UE está obrigada a dar às Regiões Ultraperiféricas. Trata-se de um dia extraordinariamente importante para as regiões Ultraperiféricas*”

nariamente importante para as regiões Ultraperiféricas” sublinhou.

Na sua intervenção, Sérgio Marques destacou o facto de, com a aprovação deste relatório se ter vencido “**mais uma etapa importante na concretização de um estatuto próprio para as regiões ultraperiféricas, em cumprimento, aliás, do artigo 299º, nº 2, dos Tratados.**

Este estatuto próprio tem por fundamento a realidade muito específica destas regiões. Na verdade, a conjugação e a permanência de factores como o isolamento e a distância, a insularidade, a pequenez do território, a geografia montanhosa e a dependência económica de um só produto ou actividade, desenham uma realidade que convencionamos designar por ultraperiferia e que é única no seio da UE.

Ora, constituiria uma

violação grave do princípio da proporcionalidade e da igualdade se fosse dado às regiões ultraperiféricas o mesmo tratamento que é dado às restantes regiões europeias. Temos de tratar de forma diferente aquilo que é diferente, porque a diferença que as regiões ultraperiféricas evidenciam tem um impacto bastante negativo sobre o seu desenvolvimento económico e social, deixando-as numa inaceitável situação de desvantagem competitiva e impossibilitadas de tirar benefício das dinâmicas despoletadas pelo mercado interno, pelo recente alargamento, pela Estratégia de Lisboa e pela própria globalização.

Na verdade, o contributo das políticas comunitárias que poderiam ter um impacto importante na competitividade das regiões ultraperiféricas fica muito aquém do necessário, como é o caso das políticas de valorização do capital humano, da inves-



tigação e desenvolvimento tecnológico, do ambiente, dos serviços de interesse económico geral e das telecomunicações. Por outro lado, a Comissão Europeia não prevê uma solução especial para as regiões ultraperiféricas que deixam o Objectivo 1, porque teriam ultrapassado os 75% da média comunitária em termos de PIB per capita. Um regime especial de phasing out do Objectivo 1 para o Objectivo 2 justifica-se plenamente à luz do artigo 299º, nº 2 dos Tratados.

Relações União Europeia/Rússia

Defesa dos Direitos do Homem

Assunção Esteves defendeu que “*a Europa não pode pensar-se apenas em si mesma. Não pode demitir-se de um papel pró-activo de defesa, em todas as frentes, dos direitos humanos, o qual define ao mesmo tempo a sua natureza e o seu destino*”.

Assunção Esteves que participava na reunião da **Delegação UE-Rússia** do Parlamento Europeu, em que foi debatida a prepa-

ração da visita a Kaliningrado de uma delegação parlamentar, levantou uma questão que considerou valer “para todos os contextos. Ao traçarmos a agenda das nossas visitas, debates e conferências, uma rubrica deve estar sempre presente: os direitos humanos.

A pressão para os direitos humanos, sublinhou a Deputada social democrata, é um dever civilizacional a que não podemos renunciar. O destino da

Europa está ligado ao seu papel no mundo. O aprofundamento da identidade europeia liga-se também a esta pedagogia dos direitos sobre os países terceiros. Ora, os lugares estratégicos para o exercício desta pedagogia são essencialmente as delegações parlamentares bilaterais”.

Assunção Esteves afirmou ainda que “*uma perspectiva economicista das relações, neste caso,*



UE-Rússia, é demasiado redutora. Além disso, o combate à corrupção e ao terrorismo não esgota o extenso e complexo campo da problemática dos direitos humanos”.

Estatuto do Refugiado

“Temos de criar um regime comum de asilo e de gerir de forma mais eficaz os fluxos migratórios, de forma justa tanto para os emigrantes como para as sociedades de acolhimento. E temos de o fazer respeitando a Convenção de Genève de 1951, que estabeleceu o princípio de non-refoulement (não repulsão) – Os Estados comprometem-se a não obrigar essas pessoas a regressarem aos países ou territórios onde as suas vidas ou liberdades estejam ameaçadas”, afirmou no Parlamento Europeu o Deputado Carlos Coelho, para lembrar, de seguida, que “por outro lado, temos de compreender que os Estados Membros queiram combater a utilização abusiva dos sistemas de asilo por parte de migrantes económicos”.

Carlos Coelho, relator-sombra do Grupo PPE-DE para a Directiva relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados membros, sublinha que “esta proposta de Directiva representa o 1º instrumento juridicamente vinculativo no que respeita a procedimentos em matéria de asilo”.

A proposta tem como objectivo criar um quadro mínimo de regras em termos de procedimentos de concessão ou retirada do estatuto de refugiado, através da aproximação das regras existentes nos Estados Membros de modo a estabelecer condições mínimas idênticas na União.

Carlos Coelho criticou a lentidão deste processo legislativo: “A primeira proposta foi apresentada há 5 anos. O Parlamento Europeu em Setembro de 2001 aprovou o Relatório Watson que introduziu mais de 100 alterações. O Conselho não chegou a acordo e pediu



à Comissão para reformular a proposta. Após 2 anos de negociações muito difíceis, o Conselho acordou numa abordagem geral em Abril de 2004”.

Logo de seguida, lembrou os limites deste debate, lamentando que “o Parlamento Europeu só tenha sido consultado após o Conselho já ter chegado a um acordo político, o que significa que o Conselho na prática vai ignorar o que estamos aqui a debater. A ausência de qualquer representante do Conselho neste debate é já um sinal reprovável dessa indiferença”.

Na sua intervenção, Carlos Coelho enunciou os pontos mais importantes do quadro legal que se pretende estabelecer: o **desenvolvimento de uma política comum** na tomada de decisões sobre asilo; a importância de **todos os Estados Membros disporem de um quadro jurídico nacional pomenorizado** em matéria de asilo que respeite, pelo menos, a protecção básica prevista pelo Direito Internacional. (Sendo essencial que existam procedimentos rápidos e efectivos que, no máximo não possam exceder os 6 meses); a política de **integração dos nacionais de países terceiros**, (que é vital para a estabilidade e coesão social); contribuir para um **sistema de protecção internacional mais acessível**, equilibrado e efectivo, em **parceria com países terceiros**.

O PSD

Disse

Carlos Coelho: combate ao terrorismo é prioridade

Carlos Coelho, no âmbito de um debate no PE sobre **combate ao terrorismo** insistiu em que a Comissão Europeia “apresente com a maior brevidade possível **propostas ao nível da prevenção** (o que envolve a questão das infraestruturas sensíveis), ao nível da **protecção** e também do **combate**.”

das ameaças mais sérias à democracia, aos direitos humanos e ao desenvolvimento económico e social.

A ameaça terrorista afecta-nos a todos, disse. Qualquer acto terrorista contra um Estado Membro deverá ser visto e sentido como um ataque contra a UE no seu todo, e contra os valores co-



E importará sublinhar que este combate por mais segurança só pode ser feito **no quadro do Estado de Direito** respeitando as liberdades essenciais e protegendo os direitos fundamentais dos cidadãos.

O exemplo recente de Londres onde um jovem brasileiro foi morto por erro policial está aí para nos recordar que se as nossas sociedades soçobramem à barbárie os terroristas atingiram o seu objectivo: destruir as nossas sociedades e o nosso quadro de valores”.

Para Carlos Coelho, “o **combate ao Terrorismo tem de ser uma das prioridades da UE**, pois constitui uma

base da nossa civilização”.

Carlos Coelho defendeu que “a União deverá tomar, assim, de forma solidária, todas as medidas necessárias para proteger eficazmente os direitos e liberdades dos seus cidadãos. Não poderá haver lugar a fraquezas ou qualquer tipo de compromissos ao lidarmos com terroristas. A União, e os seus Estados Membros, devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para pôr fim a todas as formas de terrorismo, através de uma abordagem coordenada, que incorpore todas as políticas da União, e que esteja de acordo com os princípios fundamentais da União Europeia”.

Indústria europeia de serviços audiovisuais

Graça Moura apoia medidas de protecção de menores

Vasco Graça Moura, num debate sobre a **protecção dos menores e da dignidade humana em relação ao desenvolvimento da competitividade da indústria europeia de serviços audiovisuais e de informação**, afirmou que este problema “*está longe de ser resolvido e levará ainda muito tempo a sê-lo satisfatoriamente, apesar de a adopção da recomendação proposta poder representar um progresso muito significativo na matéria*”.

Vasco Graça Moura sublinhou que “**a protecção dos menores e da dig-**

verdadeiramente satisfatória para o problema, Graça Moura considerou que “*este implica uma autêntica revolução das mentalidades no plano da competitividade e da produção de conteúdos, com vista à rejeição de produtos ilegais e prejudiciais que invadem crescentemente todas as modalidades do audiovisual e dos chamados serviços em linha.*”

Trata-se, acrescentou, de uma matéria que envolve áreas tão diversas como a protecção dos direitos humanos, a formação da personalidade, a educação



a indústria audiovisual, os fornecedores e utilizadores da Internet e, de um modo geral, os responsáveis que mais directamente lidam com os menores, como os pais, os educadores e os professores.

Mas esta questão, salientou, também implica desenvolvimentos e **aperfeiçoamentos tecnológicos** que permitam conferir eficácia real às medidas que são objecto da recomendação, da sinalética à filtragem, da classificação ao juízo concreto sobre a legalidade ou ilegalidade das práticas.

Por outro lado, trata-se de **apelar aos próprios menores**, de colocar à sua disposição o accionamento de mecanismos de defesa, de mobilizar as associações de protecção da infância e congéneres e de proporcionar uma formação e uma aprendizagem escolares que tome esta problemática em consideração”.



nidade humana suscita cada dia mais problemas e requer, cada vez mais, tanto uma **intervenção firme** como uma **pedagogia adequada**, junto dos mais diversos intervenientes nos circuitos em questão. Exige a assunção de responsabilidades específicas, a troca de experiências e de boas práticas e uma estreita co-operação entre todas as entidades que têm a ver com o assunto”.

familiar e escolar, a construção da cidadania, enfim, a própria democracia e a própria liberdade”.

É por esta razão que Graça Moura defendeu que “a matéria da presente recomendação deveria implicar, a vários níveis e em várias perspectivas, as autoridades europeias e nacionais,

Perguntando-se sobre se poderá esperar-se do funcionamento dos mecanismos de auto-regulação e de co-regulação uma solução

...uma intervenção firme e uma pedagogia adequada...

BREVES

Deputados PSD defendem

Mais apoio da UE na Investigação das doenças reumáticas

Os Deputados do PSD subscreveram uma declaração escrita em que se “**exorta a Comissão e o Conselho a garantir que o Sétimo Programa-Quadro de Investigação da União Europeia considere explicitamente as doenças reumáticas como uma das suas prioridades**”.

Os Deputados pretendem ainda “**que a nova estratégia da UE em matéria de saúde considere a artrite (doenças osteomusculares) como uma das suas prioridades e reforçar a legislação para proibir a discriminação em matéria de deficiência através de uma directiva específica em matéria de invalidez**”.

Os signatários da declaração justificam esta posição com o facto de, na União Europeia, “**mais de 100 milhões de pessoas de todos os grupos etários padecerem de artrite** e que a artrite é a principal causa isolada de incapacidade física e que a investigação eficaz promoverá novas terapias para as doenças reumáticas, implicando grandes poupanças para a economia da UE e dos Estados-membros”.

Aprovadas importantes medidas para os Açores e Madeira

O relatório do Deputado **Duarte Freitas** sobre o **POSEI/Agricultura** foi aprovado por unanimidade na Comissão de Agricultura, tendo tido uma votação expressiva em Plenário (76%), reforçando com isso a posição negociada para as discussões finais deste documento no Conselho.

Refira-se que Duarte Freitas encetou um longo e estreito diálogo com todas as RUPs e com os eurodeputados destas regiões e, em especial, com os governos dos Açores e Madeira.

Concordando na generalidade com a proposta da Comissão, Duarte Freitas considerou “no entanto que algumas questões particulares devem ser melhoradas, tendo para esse efeito sido aprovadas algumas alterações” que fazem parte do seu Relatório.

Duarte Freitas entende “que **não deve ser restringida a possibilidade de exportar ou re-exportar produtos transformados que tenham beneficiado do REA (regime específico de abastecimento), desde que não exista restituição aquando da exportação. Isto porque a dimensão das produções e do mercado das RUP’s, por si só, muitas vezes não garante a sustentabilidade das indústrias transformadoras locais, essenciais para a manutenção de algumas culturas agrícolas e para permitir algum grau de diversificação.**

Assim, em certos casos, estas indústrias têm a ne-

cessidade de complementar o seu aprovisionamento com recurso a matérias-primas de proveniência exterior e de recorrerem à exportação ou expedição dos seus produtos para garantir a sua viabilidade.

*Não deixando de me congratular pelas medidas anunciadas pela Comissão para as RUP’s na proposta de revisão da Organização Comum do Mercado do açúcar, devo dizer que tal não resolve uma questão específica que tem a ver com a **produção beterrabeira nos Açores** que envolve a empresa Sinaga que, com o regulamento actualmente em vigor e com a proposta da Comissão, **não terá qualquer possibilidade de sobreviver.***

*Em segundo lugar, considerados os prazos estabelecidos na proposta de regulamento para apresentação dos programas e para a sua aprovação, torna-se necessário **flexibilizar a data prevista para a sua aplicação** para que não exista o risco de ser revogada a actual regulamentação antes de estarem em vigor os programas fruto da nova legislação.*

*Considero também importante a introdução da possibilidade de se fazerem **derrogações para as RUP’s em maté-***



ria de Desenvolvimento Rural, tendo em vista salvaguardar as suas especificidades e vulnerabilidades neste domínio, dando assim continuidade ao que já vigora actualmente.

*Em relação aos **históricos para definição dos tectos financeiros**, considero que não é justo o período de referência de 2001 a 2003 para definir os montantes financeiros porque é ignorado o impacto das alterações ao regime introduzidas na reforma dos programas POSEI em 2001, sendo também sugerido que se adicionem aos cálculos dos tectos financeiros os históricos das isenções concedidas no âmbito do REA.*



BREVES

VII Programa Quadro de Investigação

Duarte Freitas propõe mais apoios para as pescas

Duarte Freitas propôs e fez aprovar por unanimidade na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu um conjunto de emendas acerca da “Proposta de Decisão relativa ao sétimo programa quadro em matéria de investigação, desenvolvimento e demonstração”.

No entender de Duarte Freitas, esta proposta da Comissão Europeia apresenta lacunas importantes no que diz respeito ao sector das pescas e aquacultura, à semelhança aliás do que já havia sucedido nos anteriores Programas Quadro, pois que no texto apresentado apenas é feita uma alusão muito transversal ao sector das Pescas que se insere num tema genericamente intitulado “Alimentação, agricultura e biotecnologias”.

Duarte Freitas refere que “**não parece lógico e consequente que a Comissão Europeia considere a exploração sustentada da Pesca e dos Oceanos uma prioridade da sua política e depois avance com propostas vazias de conteúdo relativamente a esta matéria.**”

PE aprova Relatório de Silva Peneda

Reforma do Fundo Social Europeu

Silva Peneda sublinhou, no Plenário do Parlamento Europeu, que “o *Fundo Social Europeu tem uma história de mais de quarenta anos e que este fundo começou por ser decisivo no desenvolvimento da formação profissional e na recolocação de mais de dois milhões de trabalhadores, que exerciam actividade em sectores que foram objecto de profundas reestruturas*”.

Na sequência da aprovação do primeiro Programa de Acção Social e da Acto Único Europeu, o FSE passou a intervir nos domínios da protecção no emprego, na participação dos trabalhadores, na igualdade de tratamento entre homens e mulheres, na saúde e segurança no trabalho e na prevenção de fenómenos de *dumping social*”.

Para Silva Peneda, “os marcos mais importantes da evolução da política social europeia

e com impacte no FSE acontecem depois com o Tratado de Maastricht (1992), onde se consagrou a promoção de um elevado nível de emprego, como um dos objectivos da UE e com os Tratados de Amesterdão (1997) e Nice (2001).

Finalmente, acrescentou, a última evolução deu-se com o projecto de Tratado Constitucional que consagrou como objectivos

da União o pleno emprego, o progresso social e o combate à exclusão.

Tendo em atenção esta evolução, a Comissão apresentou uma proposta de revisão do regulamento do FSE, que tem como base os seguintes três pontos: a *Estratégia de Lisboa*; a necessidade de simplificar os textos e os procedimentos; a relação do FSE com a *Estratégia Europeia do Emprego*.

Quanto à *Estratégia de Lisboa*, e na parte que se traduz na modernização do modelo social europeu, no investimento nas pessoas, no combate à exclusão social e num conjunto de acções prioritárias, tais como a criação de um Espaço



Europeu de Investigação e de Inovação, o investimento nos sistemas educativo e na formação, de forma a responder às exigências da sociedade do conhecimento



e à necessidade de criar mais e melhores empregos, o proposto regulamento é o instrumento adequado.

Quanto à *simplificação de textos e procedimentos*, se é verdade que as propostas da Comissão manifestam uma vontade de simplificar a diferentes níveis, não é

menos verdade que subsistem ainda muitas áreas onde seria necessário fazer um esforço acrescido de simplificação e de racionalização.

No que respeita à *articulação entre o FSE e a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE)*, na generalidade, o Regulamento do FSE integra de forma positiva as duas realidades”.

...o pleno emprego, o progresso social e o combate à exclusão são objectivos da União...

BREVES

Silva Peneda alerta

Relações Comerciais UE/China

“Se queremos conquistar a opinião pública para o ideal europeu **não podemos deixar de actuar com muita energia e de forma rápida nos sectores e regiões que vão ser mais afectadas do ponto de vista social com o encerramento de empresas e o aumento do desemprego**”, afirmou José Silva Peneda num debate sobre as perspectivas das relações comerciais entre a União Europeia e a China .

Silva Peneda denunciou a atitude da China que, desde 2001 quando aderiu à OMC, vem a desrespeitar sistematicamente “as regras mais básicas do jogo”. As Autoridades chinesas, disse, continuam a praticar políticas de auxílios estatais às exportações, desvalorizam a moeda de forma artificial, estabelecem entraves ao acesso do seu mercado, violam as normas ambientais mais elementares, não respeitam os direitos dos trabalhadores, mantêm normas de saúde e segurança no trabalho inadequadas, utilizam trabalho infantil e trabalho forçado, não respeitam liberdades sindicais mantendo mesmo detidos activistas laborais.

PE debate incêndios em Portugal

Deputados querem cooperação e solidariedade

Num debate do PE sobre os incêndios florestais deste Verão no sul da Europa, O Prof. **João de Deus Pinheiro**, um dos autores da proposta de resolução aprovada pelo Parlamento, defendeu que *“a cooperação europeia neste campo pode e deve ser um exemplo para o cidadão comum das vantagens de uma acção europeia.*



Saibamos também aqui, acrescentou, demonstrar com o exemplo vivo da cooperação e da solidariedade que a nossa União não é apenas retórica política. Mas é também desta forma que se pode e deve construir a Europa”.

PE apoia transição democrática na Bolívia



Sérgio Marques esteve recentemente na Bolívia, integrando uma delegação de 6 Deputados do Parlamento Europeu.

A visita dos Deputados europeus surgiu no seguimento do pedido feito por diferentes instâncias da União Europeia de apoiar o processo democrático nesta etapa de transição e fortalecer as relações de amizade e cooperação entre a Bolívia e a União Europeia.

Os Deputados tiveram encontros com o Presidente Eduardo Rodriguez Veltzé, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, os Presidentes das assembleias legislativas e representantes dos partidos políticos e da sociedade civil.

Duarte Freitas defende vinhos portugueses



Duarte Freitas, numa intervenção no Plenário do PE relativa à primeira fase do acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos sobre o comércio de vinho, lembrou que *“o vinho, fruto da globalização e liberalização dos mercados, é um dos produtos onde a concorrência mais se faz sentir”.*

*Duarte Freitas referiu na sua intervenção que “um dos poucos trunfos que dispomos na defesa da nossa vinicultura é a **denominação de origem** dos nossos vinhos, fruto de uma cultura e tradição milenares. Não basta liberalizar, é preciso atender às questões qualitativas e à propriedade intelectual que representam os vinhos das regiões demarcadas, como é o caso do vinho do Porto e da Madeira”.*

Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPinheiro@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: AEsteves@europarl.eu.int

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail:
JSilvaPeneda@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: DFreitas@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luís Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa